

ACÇÕES DO PROJÓVEM URBANO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO EM UM PRESÍDIO FEMININO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Lindalva Alves da Silva¹; Luana Martins de Araújo²; Rosângela Nunes Almeida³; Daniela Reis Joaquim de Freitas⁴; Andréia Nunes Almeida Oliveira⁵

1 Licenciada em Ciências da Natureza/ Biologia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Biodiversidade, Ambiente e Saúde pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Discente do Doutorado em Medicina Tropical pelo Instituto Oswaldo Cruz - IOC/Fiocruz. Teresina-PI. Brasil.

2 Licenciada em Matemática pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Discente do curso de Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza-CE. Brasil.

3 Bacharel em Enfermagem e Obstetrícia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Mestre em Biodiversidade, Ambiente e Saúde pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Discente do Doutorado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Docente da Universidade Estadual do Maranhão. Caxias-MA. Brasil. E-mail: rnadasilva@hotmail.com

4 Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Biologia Celular e Molecular e Doutora em Ciências, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado em Ciências Médicas pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem na UFPI. Teresina-PI. Brasil.

5 Bacharel em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovafapi. Especialista em Saúde da Família, Saúde Mental e Preceptoria. Coordenadora das Condições Crônicas. Caxias-MA. Brasil.

Recebido em: 15/11/2022 – Aprovado em: 15/12/2022 – Publicado em: 30/12/2022
DOI: 10.18677/EnciBio_2022D3

RESUMO

O presente artigo objetivou relatar as práticas pedagógicas interdisciplinares realizadas durante a execução do programa ProJovem Urbano/Prisional, na Penitenciária Feminina em Teresina/PI. Trata-se de um relato de experiência dos projetos interdisciplinares coordenados pela equipe da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, em parceria com a Coordenação de Ensino nas Prisões, da Secretaria de Estado da Justiça, executado no período de julho de 2018 a janeiro de 2020. As ações interdisciplinares foram desenvolvidas sob a orientação das educadoras dos componentes curriculares das áreas de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Arco Ocupacional. Para a realização das ações educativas houve a formação continuada das educadoras para o planejamento, desenvolvimento e execução, a partir de um cronograma pré-estabelecido previamente que incluiu o detalhamento das ações dos projetos interdisciplinares, contemplando os temas transversais Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Educação em Saúde, proposto pelo novo documento da Nova Base Curricular Comum para o ensino básico. O desenvolvimento das ações pedagógicas interdisciplinares contribuiu para uma aprendizagem significativa a partir da contextualização dos saberes e práticas vivenciadas pelas reeducandas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Interdisciplinaridade. Prática Pedagógica.

URBAN PROJovem ACTIONS AS AN RESOCIALIZATION INSTRUMENT IN A WOMEN'S PRISON: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT

This article objectived to report the interdisciplinary pedagogical practices carried out during the execution of the ProJovem Urbano/Prisional programat the Women's Penitentiary in Teresina/PI. This is an experience report of interdisciplinary projects coordinated by the team of the State Department of Education of Piauí in partnership with the Education Coordination in Prisons, of the State Department of Justice, carried out from July 2018 to January 2018. 2020. The interdisciplinary actions were developed under the guidance of the educators of the curricular components in the areas of Languages, Mathematics, Human Sciences, Natural Sciences and the Occupational Arc. In order to carry out the educational actions, there was the continued training of the educators for planning, development and execution, based on a previously pre-established schedule that included the detailing of the actions of interdisciplinary projects, contemplating the transversal themes Environment, Cultural Plurality and Education in Health, proposed by the new document of the New Common Curriculum Base for basic education. The development of interdisciplinary pedagogical actions contributes to a significant learning from the contextualization of the knowledge and practices experienced by the inmates.

KEYWORDS: Youth and Adult Education. Interdisciplinarity. Pedagogical Practice.

INTRODUÇÃO

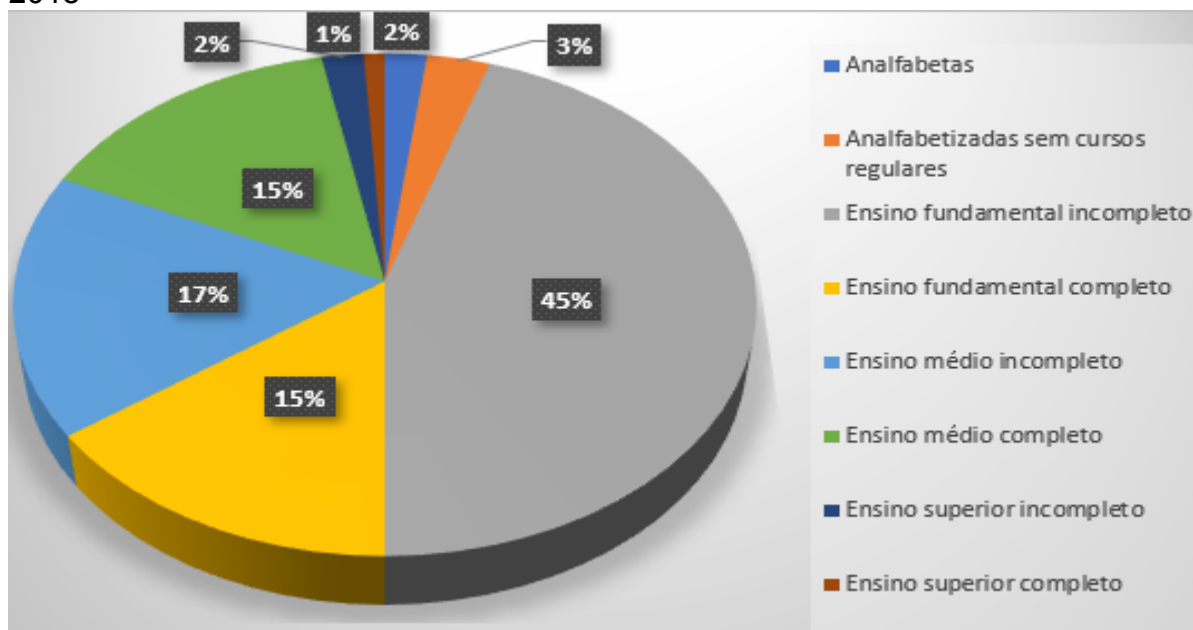
Dados do Relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura/Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2021), apontam que o Sistema Prisional no Brasil atualmente, em números absolutos, tem uma população de 811.707 detentos, ocupando o 3º lugar no ranking mundial, ficando atrás dos Estados Unidos e China (WORD PRISION BUEF, 2022). O aumento das estatísticas da criminalidade no Brasil tem sido ocasionado pela precarização das condições sociais de sobrevivência para uma ampla gama de grupos sociais de ambos os sexos (FRANÇA, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os jovens de 18 e 34 anos representam 59% do total a população privada de liberdade (IBGE, 2021).

No que infere a presença do sexo feminino no mundo da criminalidade, estudos indicam que as mulheres privadas de liberdade são levadas a cometer crimes como homicídios, tráfico de drogas, dentre outros delitos. Carvalho e Jardimino (2017), esclarecem que nessa condição, essas mulheres ficam impossibilitadas de criar seus filhos, ficam ainda sem acesso à saúde, ao trabalho, a educação, dentre outros direitos fundamentais para a sobrevivência em sociedade. Além disso, o encarceramento de mulheres está produzindo efeitos negativos no contexto familiar com desarranjos na estrutura das famílias.

Neste contexto social, a população carcerária feminina no Brasil teve aumento 656% entre os anos de 2000 e 2016, em números absolutos, 42.355 mulheres, ocupando o quarto lugar dos países com maior número de mulheres presas, o que corresponde a 5,82% do total de detentos (BRASIL, 2018; SANTOS; REZENDE, 2020). Em conformidade com as informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2018, o País ocupou o terceiro lugar quanto à taxa de encarceramento por 100 mil, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Tailândia

com uma taxa de 40,6 por 100 mil habitantes (BRASIL, 2017; FBSP, 2018). No que infere o perfil de escolaridade da população carcerária feminina no Brasil, conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - Perfil de escolaridade da população carcerária feminina no Brasil – 2018



Fonte: Relatório de Missão a Unidades de Privação de Liberdade do Estado do Piauí. Brasil (2018). Adaptado pelas autoras (2022).

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias/ Departamento Penitenciário Nacional (INFOPEN/DEPEN), o estado do Piauí ocupa a 5ª colocação entre os estados brasileiros com maior percentual de mulheres encarceradas sem condenação, o que significa que em cada 10 presas, 6 (seis) encontravam-se sem julgamento (BRASIL, 2017).

Diante do exposto, torna-se necessária a discussão de políticas públicas voltadas para esse público (FARAH *et al.*, 2018), pois, conforme Carvalho e Jardimino (2017), essa ainda é uma população invisível, constituindo assim, uma população sofrida e esquecida por membro de seus familiares. França (2014), ressalta que o tratamento indiferente torna o processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade mais complexo. Nessa perspectiva, um dos grandes desafios na Segurança Pública das grandes cidades brasileiras está associado ao processo de ressocialização da população carcerária, dentre elas, a feminina, devendo ser tratada com mais atenção pelos governantes (ZALUAR, 2007; FELTRAN, 2012; LIMA *et. al*, 2015; LIMA *et. al*, 2016; LIMA, 2018).

Um dos pilares da ressocialização para as pessoas privadas de liberdade (PPLs) é a educação. Corroborando com esse pensamento, Vieira (2020) enfatiza que educação é um direito de todo cidadão brasileiro, sendo um dever do Estado, sua oferta independente da condição social, nacional, cultural, de gênero ou étnico-racial, respaldado no art. 205, inciso I, e art. 20, da Constituição Federal e art. 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1988).

Neste contexto, ressalta-se a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, que prevê em seus art. 17 a 21, a obrigatoriedade da oferta do ensino de 1º grau e profissionalizante ministrado em nível de iniciação; aperfeiçoamento técnico adequado do ensino profissional da mulher condenada à sua condição; possibilidade de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados; e previsão de instalação em cada estabelecimento de uma biblioteca para uso de todas as categorias de reclusos provido de livros de diversos gêneros literários (BRASIL, 1984; SILVA *et al.*, 2021).

A política de acesso à educação deve ser implementada nos presídios brasileiros como estratégia de ressocialização (BARCCARANI, 2012). Neste sentido, a Lei Federal nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001), instituiu o Plano Nacional de Educação que serviu de instrumento legal para assegurar a inclusão das pessoas privadas de liberdade no processo educativo (DUARTE; SIVIERI-PEREIRA, 2018; SILVA; MARQUES, 2021).

Neste cenário, destaca-se o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano), instituído através da Lei Federal nº 11.129/2005 (BRASIL, 2005), regido pela Lei nº 11.692/2008 (BRASIL, 2008), na qual a finalidade é elevar a escolaridade de jovens e adultos com idade de 18 e 29 anos com a conclusão do Ensino Fundamental, além de proporcionar qualificação profissional.

As ações de ressocialização através do processo educativo, constituem em uma estratégia que possibilita a população carcerária a oportunidade da alfabetização, bem como, a conclusão do Ensino Fundamental, Ensino Médio e/ou Técnico, tornando-os protagonistas de sua história no que concerne a sua formação (PEREIRA, 2018). Assim, o programa ProJovem Urbano permite a essa população, de acordo com o art. 1, elevar a escolaridade visando à conclusão do Ensino Fundamental, Qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias para o exercício da cidadania na forma de curso (BRASIL, 2008). No art. 81 da LDBEN (1996), ratifica-se a criação de ações que promovam a alfabetização de jovens e adultos e a continuidade dos estudos de indivíduos que por algum motivo não concluíram no período regular (BRASIL, 1996).

No tocante ao processo de escolarização da população carcerária, o Estado do Piauí tem desenvolvido ações de políticas públicas visando elevar a escolaridade das PPL - Pessoas Privadas de Liberdade nas unidades prisionais do Estado, reformulando o Plano Estadual de Educação para egressos do Sistema Prisional do Piauí para o quadriênio (2021-2024), como política pública para o processo de escolarização das PPLs, apresentado ao Departamento Penitenciário Nacional DEPEN/Ministério da Justiça, cujo objetivo do Estado é “firmar parcerias no sentido de ofertar ações diversificadas, que possam atender tanto as PPL quanto aos Egressos do Sistema Prisional. Essas parcerias podem ser na oferta de cursos de Formação Inicial Continuada e ações de educação não formal” (PIAÚÍ, 2021, p. 11).

O ensino na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), “oportuniza as pessoas presas uma mudança qualitativa em suas vidas. Claro que somente a formação não é condição essencial para isso, mas que ela seja o princípio dessa mudança, a partir das políticas públicas de reinserção” (PEREIRA, 2018, p. 238). Considerando a política de assistência educacional no Sistema Prisional, garantida pelos instrumentos legais e fomentada pelo Poder Executivo do Estado do Piauí, o presente artigo tem por objetivo relatar as práticas pedagógicas interdisciplinares

realizadas em âmbito do programa ProJovem Urbano/Prisional, na Penitenciária Feminina de Teresina, estado do Piauí.

Para Franco (2013), as práticas pedagógicas possuem uma organização que possui o intencional de gerar expectativas educacionais solicitadas por uma demanda reprimida de determinados grupos da comunidade social excluídos de direitos essenciais como o acesso à educação. Nesse sentido, surge então, um dilema essencial: a representatividade e seu valor derivados de relações e acordos sociais, de negociações com um coletivo, na perspectiva de uma melhoria para a população envolvida. Na visão de Freire (2020, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. Deste modo, percebe-se a necessidade de o professor instigar, motivar e envolver o aluno nas atividades pedagógicas do dia a dia da sala de aula, onde o conhecimento ou experiência prévia do aluno fará toda a diferença na aprendizagem.

Assim, objetivou-se relatar as práticas pedagógicas interdisciplinares realizadas durante a execução do programa ProJovem Urbano/Prisional, na Penitenciária Feminina em Teresina/PI.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é de natureza qualitativa, pois propicia observar sentidos, valores, crenças e comportamentos sociais que não seriam passíveis de quantificação (MINAYO, 2014). Trata-se de um relato de experiência das ações pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas durante o Programa de Inclusão de Jovens-ProJovem Urbano/Prisional, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), em parceria com a Gerência de ensino nas prisões, da Secretária de Estado da Justiça do Piauí (SEJUS-PI), executado no período de julho de 2018 a janeiro de 2020, na Unidade Prisional Feminina.

A Penitenciária Feminina está localizada na BR-316, km-07, no Bairro Santo Antonio, Teresina, estado do Piauí. A Unidade em 2018, contava uma população de 110 mulheres privadas de liberdade (BRASIL, 2018), e em 2021, esse quantitativo era de 103 detentas. Destas, 31 encontravam-se em regime fechado, 12 no semiaberto e 60 em regime provisório (BRASIL, 2021). Quanto a infraestrutura e organização do espaço físico é formada por 02 (dois) pavilhões: Pavilhão A, composto por 05 (cinco) celas de convívio e 01 (uma) disciplinar e pavilhão B, com 09 (nove) celas de convívio, 07 (sete) de triagem e 02 (dois) disciplinares (BRASIL, 2018).

Para a realização das atividades educacionais, a Unidade Prisional conta com 3 (três) salas de aula, equipadas com mobiliários como: carteiras escolares; quadro branco; armários e estantes. Uma quadra esportiva coberta para realização de atividades socioculturais e uma biblioteca com livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação, com exemplares do ensino fundamental e médio, dos campos do conhecimento nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e um acervo de livros da literatura brasileira utilizados no projeto de leitura.

Em cumprimento a Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 (BRASIL, 1984) e alterações através da Lei nº 13.163/2015 (BRASIL, 2015), a Unidade Prisional, oportuniza às presas, a possibilidade de continuidade do processo educativo por meio da modalidade EJA para conclusão do Ensino Fundamental e Médio, cursos do

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a primeira edição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO).

Para a realização das ações educativas do ProJovem Urbano/Prisional, as educadoras participaram de uma formação específica que aconteceu no período de julho de 2018 a janeiro de 2020, para planejamento e execução das atividades pedagógicas, sob a responsabilidade da Coordenação da Unidade de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (UEJA/SEDUC-PI) e Gerência de Ensino nas Prisões, da Secretaria de Estado da Justiça do Piauí (CEP/SEJUS). Conforme descrito no Quadro 1.

QUADRO 1 – Cronograma das atividades pedagógicas desenvolvidas nos projetos interdisciplinares durante o ProJovem Urbano, na Penitenciária Feminina, em Teresina - PI.

Ações socioeducativas	Período de realização	Detalhamento das ações
Projeto manifestações culturais	01/08/2018 a 15/09/2018	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de lendas e parlendas locais e nacionais; danças folclóricas de cada região brasileira; - Pesquisa sobre culinária de cada região brasileira; - Conhecendo plantas medicinais e formas de uso, efeitos terapêuticos e tipos de enfermidades utilizadas por comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros grupos sociais; exposição de plantas medicinais (raiz, caule, folha e fruto); - Apresentação de uma dança tradicional do Piauí pelas reeducandas; - Produção de cartazes e painéis com lendas, parlendas danças folclóricas, receitas de comidas regionais pelas reeducandas na quadra esportiva e sala de aula.
Oficina teórico-prática com materiais recicláveis	01/05/2019 a 30/09/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo teórico sobre resíduos sólidos; a política dos 5 R; - Realização da oficina com pintura de garrafas pet, pneus e paletes; - Montagem dos paletes, garrafas pet e pneus com uso de plantas ornamentais para decoração dos espaços com plantas ornamentais.
Projeto Arraiá – junino	01/06/2019 a 30/06/2019	<ul style="list-style-type: none"> - Debate sobre a importância dos festejos juninos; - Produção de texto sobre a cultura importância das festas juninas em regiões nordestinas; - Ensaio e apresentação de dança junina.
Projeto Outubro Rosa	15/10/2019 a	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de atividades alusivas a campanha Outubro Rosa enfatizando o histórico da

	31/10/2019	campanha a nível mundial e nacional; formação biológica da neoplasia mamária; diagnóstico, tratamento e prevenção chamando atenção para o autoexame e exames de mamografias; - Produção de material autoexplicativo como cartazes pelas reeducandas sobre os temas discutidos em sala de aula; - Exposição do material didático produzido pelas reeducandas e realização de palestra educativa sobre a importância do diagnóstico precoce como prevenção e tratamento do câncer de mama.
--	------------	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

O ProJovem Urbano/Prisional no Estado do Piauí foi uma parceria entre a SEDUC-PI e SEJUS-PI em consonância com a Resolução nº 11, de 06 de setembro de 2017 (BRASIL, 2017), do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. A abertura do edital nº 15/2017, possibilitou inscrição para processo seletivo simplificado com análise de currículos de educadores no para vinte municípios do Piauí, dentre eles, apenas Teresina, com oferta em dois sistemas prisionais: Penitenciária Feminina e Penitenciária Irmão Guido.

Após a seleção, houve a contratação temporária das educadoras no segundo semestre de 2018 dos seguintes componentes curriculares: Ciências Humanas (História/Geografia); Linguagens (Língua Portuguesa e Língua Inglesa); Matemática; Ciências da Natureza (Ciências/Química/Física/Biologia); Participação Cidadã e Arco Ocupacional na área de alimentação, com duração de 18 meses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas pedagógicas interdisciplinares foram planejadas com base nos Novos Temas Contemporâneos Transversais, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019), Pluralidade Cultural, Meio Ambiente e Saúde. Estas temáticas estavam de acordo com os conteúdos do currículo integrado preconizado pelo programa, levando em conta o conhecimento adquirido no contexto de sua vida fora do ambiente carcerário. Salgado (2012) destaca a relevância do estudo de conteúdos adequados à realidade vivenciadas por cada indivíduo, pois, assim, possibilita aos estudantes a aquisição de competências e habilidades que ajudam esses atores a aprender a aprender.

No desenvolvimento das ações educativas, participaram 59 reeducandas, matriculadas no programa ProJovem/Prisional, no período de agosto de 2018 a janeiro de 2020. Foram desenvolvidos 4 (quatro) ações educativas interdisciplinares intituladas: Manifestações culturais; Oficina teórico-prática de resíduos sólidos; Arraiá junino e Outubro Rosa.

A primeira ação educativa intitulada “Projeto Manifestações culturais”, em comemoração ao Dia do Folclore em 2018, objetivou fazer um resgate do contexto histórico e sociocultural do País, despertar o interesse pela leitura, escrita e expressão oral e corporal. Dessa forma, foram realizadas leituras individuais e compartilhadas sobre lendas folclóricas regionais, dentre elas Saci-pererê, Mula sem cabeça, Lobisomen, Biotatá, Iara, Curupira, Caipora, Negrinho do Pastoreio, e

lendas locais: Cabeça de cuia, Zabelê, A porca do dente de ouro, Num-se-Pode, Curupira, entre outras. Foram realizados ainda estudos de danças folclóricas regionais como Frevo, Maracatu, Bumba meu boi, Quadrilhas Juninas, Baião, Samba, Reisado, Capoeira, Catira, entre outras. Nesta abordagem, ressaltou-se a importância da culinária regional nas festas populares no Brasil, como forma de manter a cultura local e regional, além da geração de renda de pessoas, que tiram o seu sustento na comercialização de comidas regionais; estudo de plantas medicinais por comunidades tradicionais indígenas e afrodescendentes.

Durante a atividade as reeducandas conheceram o nome “vulgar” e científico de espécies botânicas e suas partes (raiz, caule, folha, flor e fruto) e os benefícios no tratamento de doenças e formas de uso (chá, pomada, unguento, garrafada). Essa tradição cultural é herdada dos povos indígenas e afrodescendentes, perpetuada até os dias atuais por povos de comunidades rurais, ribeirinhos, quilombolas, dentre outros grupos sociais no Brasil.

A socialização das atividades educativas ocorreu através da exposição de cartazes e painéis com lendas regionais, receitas de pratos da culinária de algumas regiões do Brasil; mesa temática com amostras de estruturas das plantas medicinais como raiz, caule, folha e fruto usados na medicina popular; degustação de bolos, sucos e chás. Neste contexto socioeducativo, “a vivência interdisciplinar, no âmbito da sala de aula, permite trazer para as práticas pedagógicas elementos do cotidiano e construir uma interdependência e uma interrelação entre o que se aprende com o que se vive” (SILVA; SANTANA, 2018, p.109). Por essa ótica, Santos e Sousa, enfatizam que,

“Educar jovens e adultos em última instância, não se restringe e tratar de conteúdos intelectuais, mas implica também lidar com valores, como forma de respeitar e reconhecer as diferenças, com atividades significativas que possam futuramente servir-lhes no dia a dia, seja na teoria ou na prática. E isso se faz desde o lugar que passam a ocupar nas políticas públicas, como sujeitos de direitos. Portanto, os jovens e adultos assumindo, a politicidade da educação, conseguirão ter autonomia e segurança das suas ideias e ideais, assim, promovendo a coragem de ser, agir, mudar e de se emanciparem da sociedade, principalmente os jovens e adultos presos” (SANTOS; SOUSA, 2015, p. 27).

As temáticas socioambientais estão em debate constante em espaços públicos como escolas, imprensa, empresas privadas, eventos científicos promovidos Instituições de Ensino Superior (IES), Organizações Não Governamentais (ONGs) e dentre outros, a exemplo dos presídios (OLIVEIRA *et. al*, 2020). Dessarte, foi planejada a segunda ação educativa “Projeto Oficina teórico-prática de resíduos sólidos”.

A Oficina teórico-prática de resíduos sólidos realizada nos meses de abril a maio de 2019, foi desenvolvida em duas etapas: na primeira etapa, ocorreu a parte teórica com as seguintes temáticas: descarte do lixo em locais inadequados; contaminação do solo por acúmulo de resíduos sólidos; acometimento de enfermidades provocado por animais como insetos e ratos em lixões; Situação socioeconômica dos catadores de lixo; estados brasileiros que se destacam com a criação de associação de catadores de lixo; consciência ambiental e cidadania e a poluição de corpos d’água por resíduos domésticos e industriais.

Durante a exposição da parte teórica foi essencial o uso de Tecnologias da Informação, projetor de imagens (Data Show) para exibição de vídeos e de imagens, visando mostrar ambientes degradados pela poluição ambiental como lixões a céu aberto, rios e mares poluídos por resíduos sólidos e contaminados por produtos químicos e fotos de espaços que foram revitalizados com uso garrafas pet, pneus, paletes.

Na segunda etapa do projeto, a equipe de educadoras contou com a doação de resíduos sólidos: garrafas pet, pneus, paletes que serviram de matéria-prima e materiais de consumo como tintas, pincéis, máscaras e luvas para execução da oficina. Ressalta-se que a realização dessa oficina retratou questões ambientais vivenciadas pelas reeducandas, nas quais pode-se destacar o descarte dos resíduos sólidos produzidos pela Unidade, separação dos resíduos orgânicos de outros materiais (plástico, vidro, papel), ações de reaproveitamento da água de aparelhos de ar condicionado e mudanças de hábitos quanto ao uso racional da água.

Neste cenário, o processo educativo promove além de novas vivências, a ressocialização no que se refere ao resgate da dignidade, ao aprendizado e à integração social (SILVA *et al.*, 2021). De acordo com Costa (2021), a interdisciplinaridade proporciona a interação entre o entendimento dos componentes curriculares nas suas variadas áreas do conhecimento, pois abrange temas interdisciplinares e conteúdos curriculares, permitindo o uso de estratégias pedagógicas eficazes no processo ensino e aprendizagem.

A terceira ação educativa, foi o Arraiá Junino realizado em junho de 2019, com abordagem em danças folclóricas, música e alimentos da culinária regional da região Nordeste. Para Costa Barroso (2020), os festejos juninos constituem as práticas que envolvem questões no âmbito cultural, político, social e econômica tornando-se um espaço para a consolidação da música, dança, culinária e a simbologia, como fogueiras, quadrilhas, linguagens, bem como os significados e significâncias que caracterizam o modo de vida de um povo, especialmente, da região Nordeste.

Nesta proposta, as reeducandas foram orientadas a produzir material didático, como cartazes e painéis abordando a temática em formato de seminário. Na apresentação do seminário, destacou-se a geração de renda oriundas do turismo em algumas cidades brasileiras, principalmente do Nordeste, onde há investimento do Poder Público em parceria com empresários para realização de eventos com a participação de um considerável público durante as festas. Posteriormente, foi organizada uma apresentação cultural com mesa temática e apresentação de uma quadrilha pelas reeducandas. Para Cunha (2010, p. 163), “o processo de ressocialização deve abranger, necessariamente, os aspectos que envolvem a construção da imagem da mulher, concreta e subjetiva, o papel da educação, da qualificação e do trabalho no cárcere”. Assim, as mulheres privadas de liberdade na atualidade sofrem com o estigma pela condição de ser.

Por fim, a quarta ação educativa foi sobre a campanha do Outubro Rosa, realizada durante o mês de outubro de 2019, sobre a prevenção do câncer de mama. O projeto enfatizou o Histórico da Campanha Outubro Rosa a nível internacional e nacional, com destaque para as ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Organizações Não-Governamentais no Brasil; Formação biológica da neoplasia mamária, Fatores de risco para acometimento do câncer de

mama e Qualidade de vida; Diagnóstico, tratamento, prevenção com ênfase no autoexame e a mamografia.

A atividade pedagógica teve como objetivo chamar atenção das reeducandas para os cuidados com a saúde da mulher, entre eles, o câncer de mama. Durante as ações houve a divisão dos grupos e seleção dos temas supracitados para apresentação dos seminários. Posteriormente, foi realizada no auditório da Unidade uma exposição dos painéis produzidos e palestra com demonstração do autoexame.

Ações de prevenção de educação em saúde não deve ser de exclusividade dos órgãos competentes, mas também de outras instituições, inclusive os sistemas prisionais femininos. Portanto, esta ação teve a intenção de chamar atenção das reeducandas para a cultura de exames do câncer de mama. A partir de ações como essas a educação em saúde atua como um conjunto de estratégias em benefício da promoção de hábitos saudáveis devendo estar acessível à para toda comunidade, a fim de atuar na prevenção de enfermidades, como por exemplo, o câncer de mama (BALDOÍNO *et al.*, 2018).

FIGURA 1 – Registro fotográfico das atividades pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas pelo programa ProJovem Urbano/prisional na penitenciária Feminina em Teresina/PI¹.



Fonte: Autoras (2022).

Em A e B – Projeto Manifestações culturais sobre as tradições culturais; C e D - Oficina teórico-prática de reciclagem de resíduos sólidos com reutilização de pneus, garrafas pet e paletes; E e F – Arraiá Junino objetivando o resgate da dança tradicional da dança e em G e H – Campanha Outubro Rosa para sensibilização do cuidado com a saúde da mulher.

CONCLUSÕES

As ações pedagógicas interdisciplinares desenvolvidas durante o programa ProJovem Urbano/Prisional na Penitenciária Feminina em Teresina/PI, contribuíram para construção de novos saberes, trocas de experiências, desenvolvimento de novas habilidades cognitivas e socioemocionais durante o processo ensino e aprendizagem.

Isto posto, destaca-se a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas que venham a colaborar para melhor desenvolvimento das atividades pedagógicas dentro do sistema penitenciário, considerando a realidade das reeducandas, objetivando a compreensão da importância do ensino para o processo de ressocialização.

Todas as atividades educativas propostas pelas educadoras foram importantes para o processo de ressocialização, contribuindo positivamente para mudança de concepções, atitudes e comportamentos dentro do Sistema Prisional na convivência com as demais presas nos pavilhões, integração com funcionários do sistema penitenciário.

Desse modo, o processo educativo é capaz de proporcionar mudanças sociais, culturais, emocionais e afetivas e permite ao sujeito rever seus valores e posturas. Assim, torna-se necessário o Poder Público ofertar à escolarização nos Sistemas Prisionais na garantia do acesso a educação e, ao mesmo tempo, contribuir para o seu processo de ressocialização.

REFERÊNCIAS

BACCARINI, S. O. S. **O Sistema Prisional e a Ressocialização. Saberes Interdisciplinares**, São João Del-Rei, MG, v.5, n.10, p. 49-72, 2012.

BALDOÍNO, L. S.; SILVA, S. M. N.; RIBEIRO, A.M. N.; RIBEIRO, E. K. C. Educação em saúde para adolescentes no contexto escolar: um relato de experiência. **Revista de enfermagem UFPE on line**. Recife, v. 12, n.4, p. 1161-1167, 2018. ISSN: 1981-8963.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br > ccivil_03 > constituição > constituição](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 marc. 2022.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Temas Contemporâneos Transversais da BNCC. Proposta de prática de implantação. MEC. Brasília, DF, 2019. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf Acesso em: 04 junh. 2022.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://presrepublica.jusbrasil.com.br > legislação > lei-de-diretrizes-e-bases...](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/lei-de-diretrizes-e-bases...)Acesso em: 19 mai. 2022.

_____. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM. In: Manual do Educador: Orientações Gerais. SALGADO, M. U. C. (Org). Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2012.

_____. **Lei nº- 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br > ccivil_03 > _Ato2007-2010 > 2008 > Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei.htm). Acesso em: 19 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciária - Mulheres**. Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2017.

_____. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em 26 mar. 2022.

_____. **Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13163.htm. Acesso em 24. mar. 2022.

_____. **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**, 2018. Relatório de Missão a Unidades de Privação de Liberdade do Estado do Piauí. Mecanismo Nacional de Prevenção. (Org): CAMURI, A.C; SILVA, L.G. M.; SILVA, J.R. de A., 2018, 176p.

_____. **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**. Conselho nacional de Justiça (MNPCT/CNJ), 2021.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciária**. Departamento Penitenciário Nacional, Brasília, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen>. Acesso em 04 junh.2022.

_____. Ministério da Justiça. **Lei 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis. Acesso em 18 mai. 2022.

_____. Relatório Bianual (2018 - 2019). **Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura** (Org): COSTA, A. R. F; MELO, D. C. de; SILVA, L.G, 2018, 191 p.

CARVALHO, O. F. de; JARDILINO, J. R. L (a). A invisibilidade da mulher no sistema prisional brasileiro: esquecidas no tempo e no espaço. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 6, n. 2, p. 236-254, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/46784>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

COSTA BARROSO, H. A produção do gênero na/da cultura popular: problematizando um habitus de gênero junino: The production of gender in / of popular culture: problematizing a habitus of the June genus. **Caminhos da História**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 9–27, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/2593>. Acesso em: 1 nov. 2022.

COSTA, E. N. da. Currículo: A interdisciplinaridade no contexto escolar: Ensino fundamental II. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 02, v.12, p. 131-139. 2021 ISSN: 2448-0959.

CUNHA, E. L. da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 157-178, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200003> Acesso em 12 junh.2022.

SILVA, R.; MARQUES, M. A. Os modelos de oferta da educação em prisões no Brasil e a construção do seu projeto político pedagógico **Revista Plurais Multidisciplinar**, v.6, n. 1, p.49-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.29378/plurais.2447-9373.2021.v6.n1.11706>.

DUARTE, A. J. O.; SIVIERI-PEREIRA, H. O. Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI. **Educação Unisinos**, v.22, n.4, p. 344-352, 2018. DOI: 10.4013/edu.2018.224.12.

FARAH, M. F. S.; DINIZ, A. P. R.; MARCONDES, M. M.; YOUSSEF, L. M.; SILVA, M. C. F. da. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018. DOI: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/64868>.

FELTRAN, G. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 232-255, 2012.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 11. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 13 junh. 2022.

FRANÇA, M. H. de O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Revista Ártemis**, v. 18, n. 1, p. 212-227, 2014. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis. v18n1p212-227.

FRANÇA, M. Gênero e criminalidade: o protagonismo feminino às avessas? **CSONline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 32, p. 237-263, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/1981-2140.2020.30613>.

FRANCO, M. A. R. S. A pedagogia como ciência da educação 3. ed. **rev. e ampl. Campinas**: Cortez, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 66° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Projeção da população no Brasil e nas Unidades da Federação em 2021**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em 04 junh. 2022.

LIMA, R. S. Violence and public safety as a democratic simulacrum in Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, n. 7, p. 159-172, 2018.

LIMA, R. S.; BUENO, S.; MINGARDI, G. Estado, polícias e segurança pública no Brasil. **Revista Direito GV**, v. 12, n. 1, p. 49-85, 2016.

LIMA, R. S.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

MINAYO, M. C. S., Apresentação. In: Gomes R. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa; 2014, 45p. ISBN: 978-85-66757-47-7.

OLIVEIRA, N. A.; DOMINGOS, F. O.; COLASANTE, T. Reflexões sobre as práticas de educação ambiental em espaços de educação formal, não-formal e informal. **Revista brasileira de Educação Ambiental - RevBEA**, v.15, n. 7, p. 9-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2020.v15.10064>.

PEREIRA, A. A educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro: o que dizem os planos estaduais de educação em prisões? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 24, p. 217-252, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v11i24.6657>.

PIAUI. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e egressos do Sistema Prisional do Piauí Sistema Prisional do Piauí para o quadriênio (2021-2024)**. Secretaria Estadual de Educação. Secretaria Estadual de Justiça. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/politicas-penitenciarias/politica-nacional-de-educacao/pi.pdf>. Acesso em 17 jan. 2022.

SALGADO, U. C., **Manual do Educador Orientações Gerais**/Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2012, 2017p.

SANTOS, B. R. M. A; REZENDE, V. A. Sistema carcerário feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. **Caderno EBAPE.BR**, v.18, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190034>.

SANTOS, L. M. O., SOUSA, C. S. N, **A EJA no sistema penitenciário: um panorama histórico na cidade de Parnaíba (PI) na primeira década o século XXI**. In: Contributos da UFPI para a Educação de Jovens e Adultos: sistema prisional / Org. Maria da Glória Carvalho Moura, Josania Lima Portela Carvalhêdo e Francisca de Lourdes dos Santos Leal. – Teresina: Edufpi, 2015.

SILVA, M. L. S; BACELAR, P. A. A; SANTOS, J. P. dos; MONTE, L. I do; NASCIMENTO, E. F. do. Práticas socioeducativas do ProJovem urbano em um presídio do Nordeste brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, e51010917984, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17984>.

SILVA, M. de F. G.; SANTANA, I. M. de. Interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas de professoras do Ensino Fundamental. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 23, n. 2, 2018. ISSN22236-6377.

VIEIRA, Y. L. D. **Educação como prática de ressocialização na perspectiva dos privados de liberdade da penitenciária de segurança média Juiz Hitler Cantalice: um estudo de caso**. Monografia, 53f. (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17639>. Acesso em 10 mai. 2022.

WORD PRISION BUEF. **Prison Population Total**. Disponível em <https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total>. Acesso em: 04 junh. 2022.

ZALUAR, A. Democracia inacabada: o fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300003>.
